

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 175 a 177/2012 2

Atos Legislativos

Ata da 2102ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretária e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 175/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento das servidoras **TIARA ALBUQUERQUE DA SILVA, Assistente Parl. II** e **MARIA NEUSA LEAL COSTA, Assistente Parl. III**, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, com a finalidade de tratarem de assuntos de interesse deste Parlamento junto à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, no período de 03.05 a 11.05.2012, a serviço desta Casa de Leis.

Palácio Antônio Martins, 03 de maio de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 176/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, com a finalidade de participar de reuniões com os Deputados Cláudio Abrantes e Luiza de Paula, no período de 07.05 a 10.05.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 03 de maio de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 177/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **JEAN ALESSANDRO DA SILVA ANDRADE, Assessor Parl. FS-4**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, com a finalidade de participar de reuniões com os Deputados Cláudio Abrantes e Luiza de Paula, no período de 07.05 a 10.05.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 03 de maio de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA****ATA DA 2102ª SESSÃO, EM 28 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.****=ORDINÁRIA=****PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.
(Em exercício)**

Às nove horas do dia vinte e oito de março de dois de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Brito Bezerra) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, gostaria que fosse reformulada uma declaração em que está equivocada “prosseguindo, informou que durante a elaboração do projeto teve o cuidado de vestir as escolas que produzem a própria merenda e que a COAN, empresa que fornece merenda para algumas instituições de ensino, comprovou as boas condições da confecção para excelente qualidade da merenda escolar”. Eu gostaria que deixasse mais claro que a estrutura física operacional dá condições de confeccionar a merenda. E aqui, dar a entender que a merenda é de boa qualidade, e a merenda é de péssima qualidade. Obrigada, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito também à Superintendência Legislativa, uma correção no final da Ata quando diz que a Presidente justificou a presença do Deputado Rodrigo, não foi bem assim, o Deputado Rodrigo chegou e justificou sua ausência, mas não registrou sua presença.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Eu não registrei minha presença, como falei ontem. Como a sessão já estava acabando, achei que não seria respeitoso com a Casa registrar minha presença, mas presente aqui, eu justifiquei a minha ausência e gostaria que constasse na Ata a razão de eu não ter comparecido. Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a Ata em votação com as correções solicitadas. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior com modificações solicitadas pelos senhores Deputados Brito Bezerra, Rodrigo e por mim, Aurilena Medeiros.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Senhora Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 0022/12, de 26/03/12, do Deputado Jean Frank Padilha Lobato, comunicando sua ausência às Sessões Ordinárias nos dias 21 e 22/03/12.

- Projeto de Lei s/nº, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, assegurando que 1/3 da carga horária dos profissionais do magistério público estadual seja para desempenho de atividades extraclasse.

EXTERNOS:

- Ofício nº 3/12, de 22/03/12, do Colegiado dos Presidentes

das Assembleias Legislativas, convidado para Audiência Pública no dia 27/03/12, às 9:00 horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurilena Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores que estão nos visitando, esses minutos que me ofereceram me levam a abordar três temas. Primeiro, agradeço a esta Casa por atender o apelo que fiz para que tivesse um Deputado na reunião na Assembleia Legislativa do Amazonas, quando foi debatido o problema da banda larga, tanto cobrado por mim, e pelo Deputado Flamarion, para que se busque uma solução. Tenho certeza que aquele pedido foi atendido. Deputado Chagas, Vossa Excelência que presidia a sessão há uma semana deve saber se a Mesa atendeu o meu pedido. Espero depois ler aqui, um relatório dos nossos colegas que nos representaram na audiência pública com o Presidente da ANATEL.

Segundo, volto a falar sobre os órgãos de fiscalização do nosso Estado, e não é só de fiscalizações federais. Deputada Aurelina, a senhora tem um compromisso muito grande com os municípios do interior de Roraima, até pela sua formação como técnica. Eu, como Prefeito de Iracema em 1999, construí a lagoa de estabilização, o aterro sanitário, a infraestrutura para dar uma melhor qualidade de vida às pessoas, mas não priorizei o asfalto, as obras, eu me preocupei primeiro com a saúde das pessoas. Em 1999 não existia a FEMACT, quem exercia o cargo de diretor de um departamento era o Clidenor que morreu, está no céu e deve ficar estarelecido com o vou falar. Para que o gestor possa fazer um convênio com qualquer Ministério, precisa cumprir o rito da instrução normativa 001 da Secretaria do Tesouro Nacional, e ela tem toda uma obrigação para ser cumprida. No caso de arro sanitário, de lagoa de estabilização, de drenagem profunda, é necessário licença ambiental para liberar os recursos e aprovar o projeto. Prestem bem atenção, em 2010, portanto, 11 anos depois da obra concluída, Deputado Rodrigo, o Senhor que já foi gestor público, tem experiência, foi uma fiscalização da FEMACT, no ano passado, e pediu para o Secretário de Meio Ambiente da prefeitura acompanhá-los na fiscalização à pedido do Ministério Público. E, eles começaram a pressionar o Secretário de Iracema porque não tinha licença ambiental e ele tem apenas 22 anos, na minha época ele tinha 11 anos. Quer dizer, nem a história de Iracema ele conhece, porque não procurou conhecer como estudante. Ele simplesmente disse que não tinha licença ambiental, que teria feito a obra sem a devida licença, por não conhecer o que são normativas. E, os técnicos aqui da FEMACT, desconhecem o processo da documentação para construção de uma obra. Não posso conceber que eles não tenham esse conhecimento científico da situação, até porque são responsáveis por fiscalizar, emitir parecer e aprovar. Resultado, a FEMACT fez uma denúncia na polícia civil que se transformou em um inquérito, e eu vou depor. Eu fiz a obra, Deputado Flamarion, pela Caixa Econômica, na época o recurso era do PAS, e fiz a obra sem licença ambiental. Pasmem os Senhores que a coisa não é só na área do governo federal, no âmbito estadual e municipal também. No dia 04 vou depor na Polícia Federal, Deputado Flamarion, pois um Prefeito que não tenha conhecimento das leis que regem a administração pública, por mais que ele seja inocente, se torna ladrão, e vai para opinião pública como aquele que fez desvio de dinheiro. Como eu iria fazer um aterro sanitário com recurso público federal respeitando essa normativa, e não havia a licença ambiental na época. Mas quando eles vieram fiscalizar o aterro sanitário, eu não era mais prefeito, eu fiz o aterro em 2002, e eles só vieram fiscalizar em 2005. Queriam que eu apresentasse a licença ambiental do aterro que já estava funcionando, mas eu não era mais prefeito. Não tenho culpa se quando eles lá de Brasília vieram fiscalizar, o prefeito era de oposição a minha pessoa e transformou o aterro em lixão. E, comprovei tudo. Nada valeu apenas. Vou depor também na polícia federal. Estão pedindo que eu devolva todo o dinheiro corrigido, porque hoje o aterro não tem licença ambiental.

Então, Deputado Flamarion, Vossa Excelência foi Governador do Estado há dez anos, se à época aconteceu alguma coisa com uma obra que o senhor fez, vai ser responsabilizado por isso daqui a 30 anos, e quando for para a vida eterna, quem vai responder? Eu acho que esses órgãos de fiscalização têm que se entender. Eu fui acusado pelo desvio de duas kombis e provei, no TCU, que era inocente e ganhei a causa. O Ministério Público faz uma denúncia à Polícia

Federal, que se transforma em um inquérito para eu provar o que já consta dentro do processo do Ministério Público, Deputado Célio. Isso é custo para o país, para nós que pagamos os nossos impostos. E, a decisão do Tribunal de Contas foi por unanimidade, mas vai andar, vou ter que provar na polícia o que está no processo do Ministério Público, pasmem os Senhores. Assusto-me quando vejo alguma pessoa de bem querendo ser prefeito no Brasil. Estou preocupado com o Deputado Rodrigo que, possivelmente, poderá ser candidato a Prefeito aqui, em Boa Vista. Se for, eu o apoio pela sua jovialidade, por ser um colega nosso e por saber da sua capacidade como gestor público.

Mas, quero discorrer sobre a situação política e econômica do Brasil, e aí podem me perguntar: o que tem haver? Somos nós que resolvemos os problemas aqui do nosso Estado. Prestem atenção! Segunda-feira, a Presidente Dilma prorrogou e isentou o IPI da linha branca. O que vem a ser linha branca? Geladeira, fogão, freezer, máquina de lavar roupa. Não sei se essas isenções do IPI chegam nos bolsos do cidadão brasileiro. O que me parece é que estão chegando mais no bolso da indústria, porque se isso resolvesse o problema do Brasil, a situação não estaria como está.

A mídia diz que o Brasil está uma maravilha, Deputado Rodrigo. Então, o resultado agora do primeiro trimestre do ano, sobre o nosso crescimento econômico, é assustador, porque vai dar negativo, segundo o que prevê o Banco Central. Mas veja bem, sobre a questão das isenções do IPI, o Congresso Nacional está questionando. A Presidente Dilma cometeu dois erros. Primeiro, trocou uma pessoa da liderança do governo, um Senador que debatia todos os dias na tribuna, nosso ex- Líder do Governo da Presidente Dilma, um líder que negociava, colocava em pauta os assuntos de interesses nacionais, para provar, para articular com as bancadas, que não discutia somente coisas da sua região, apesar de ser um Senador do nosso Estado, um líder que tinha trânsito com todas as bancadas, e colocou um líder que teve dificuldades até quando governou o seu Estado, sua bancada. Muitas vezes, o vice-Governador dele teve que fazer o papel de bombeiro para resolver problemas políticos no seu Estado. Esse Senador, a quem estou me referindo, conheço-o bem. Estou vendo a situação em que se encontra o Senado Federal. Na Câmara dos Deputados essa história não é diferente. Com isso, vamos ter dificuldades de votação em relação a coisas importantes que vão interferir na vida do cidadão brasileiro. Agora, segunda-feira, ela assinou, por orientação do Ministro Mantega, e se não vierem resultados positivos para economia vamos ter dificuldades, e ela vai demitir o Ministro Mantega, a isenção também do IPI para os laminados, madeiras. Quer dizer, nós vamos para Rio mais 20, para não desmatar, e ela incentiva que se produza mais portas, janelas de madeira com essa isenção de IPI. Sabe o que vai representar essa nova isenção por mês para o nosso FPM e FPE? 489 milhões aproximadamente, fora o que já vinha sendo retirados dos Estados e dos Municípios. Deputado Flamarion, ela pouco deu importância quando o ex-Presidente Collor, hoje Senador da República, disse que no mundo democrático e na vida pública o Congresso, ou qualquer Assembleia ou Câmara, não pode se distanciar do Executivo. Não estou dizendo da submissão, mas o Executivo não pode ter noção de que pode tudo, e que não depende do Legislativo para governar. Isso me preocupa, porque o pior regime que existe é o democrático Contudo, a experiência com a ditadura, na história contemporânea do mundo, não foi boa. Aconteceu na Rússia, na Hungria, agora em Cuba, e a situação da população não é melhor. O sistema democrático é um dos piores, existente no globo, e me preocupa muito quando percebemos a falta de desprestígio do parlamento ou o executivo não tendo noção da importância do Legislativo. Isso é preocupante. Mais preocupante ainda, são essas medidas sendo adotadas que vêm a afetar fundamentalmente a economia dos Estados que dependem do FPE e a dos municípios que dependem do FPM.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado Joaquim, obrigado pelo aparte. Inicialmente, quero cumprimentar Vossa Excelência, pois toda vez que faz uso da Tribuna, é coerente, competente e estuda profundamente todos os assuntos que traz à tona. De acordo com o pronunciamento de Vossa Excelência, só expressar as nossas indignações não é o suficiente. Precisamos discuti-las. A imprensa está noticiando hoje a Rio mais 20, falaremos disso depois. Eu vi este Poder Legislativo acatar um veto ao Projeto de lei de minha autoria, de grande valia para contribuir com o meio ambiente, e fiquei impressionado, porque quase todos os Estados da Federação brasileira já estão contribuindo com o meio ambiente, logo, Roraima deveria ser o marco histórico inicial para que nós pudéssemos contribuir também, com mais positividade, de forma sustentável,

respeitosa. Portanto, fico a me perguntar: será que nós vamos à Tribuna só para discursar? Eu queria apenas fazer essa ressalva dentro do discurso de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. - Deputado Rodrigo, concedo um aparte ao Senhor. Vossa Excelência é jovem, brilhante, ainda vai subir muitos degraus dos quais eu já descí na vida pública. Se não for agora, lá frente, com certeza, será um prefeito, e tenha a consciência de não fazer do que nós estamos assistindo, um exemplo para administrar um município, um estado ou um país, porque a partir do momento que Vossa Excelência começa a se distanciar do sistema que representa a democracia, que é o legislativo, começa a trilhar outro caminho e não escuta mais o povo que é tão importante para um país, um estado ou um município.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Joaquim, não posso me furtrar em apartear-lo, haja vista a importância dos assuntos que o Senhor traz a tribuna. E, dessa vez não foi diferente, o Senhor começou o seu pronunciamento trazendo uma provocação ao público, uma vez que, está vindo tratar de economia. Mas o que a economia brasileira tem a ver com Roraima, Boa Vista, entre outras coisas? Essa é uma pergunta que talvez não seja muito clara para alguns numa primeira reflexão, mas nós temos tudo a ver com a economia brasileira, não só por sermos um Estado da federação, mas, especialmente, por sermos, talvez, um dos que mais precise do repasse de recursos federais para a nossa sobrevivência. E, não só desses repasses constitucionais que acontecem a cada 10 dias, bem como das transferências vindas de convênios para execução de obras e investimentos, a exemplo das que Vossa Excelência fez, e muito bem, quando era prefeito do Município de Iracema. Na verdade, hoje, o que Roraima precisa é o mesmo que o Brasil precisa, de uma gestão mais ajustada. Nós precisamos enxugar custos nas nossas gestões e ampliarmos o nível de investimento mas nossas esferas do poder público, tanto na municipal, quanto na Estadual, e mais ainda na esfera federal, já que essa ainda continua a ser a mãe do Brasil. O Brasil é uma federação, os Estados deveriam ter uma independência maior, mas a União continua agindo como se ainda fosse a mãe de todos os Estados e municípios.

Então, precisamos avançar muito em gestão, em investimento. Hoje, o investimento no Brasil é fundamental para que possamos manter aquecida a demanda da indústria e, com isso, garantirmos geração de empregos. E, fico até surpreso quando vejo em um jornal um Deputado Federal de Roraima se, manifestar contrário à construção da estrada que vai interligar Bonfim, Lethem e Georgetown, pois não conheço ninguém aqui no Estado que não defenda a construção dessa estrada, a qual transformaria a Guiana num curto corredor de exportação para o nosso Estado e também para o Estado do Amazonas, uma obra que certamente geraria uma competitividade muito grande para o nosso Estado. E, não posso conceber que uma pessoa que é do setor produtivo, que quis, inclusive, plantar na Guiana, investir, porque entendia que lá era um lugar adequado para fazer seus investimentos, vem agora dizer que é contra a construção da estrada. Nesse momento difícil pelo qual estamos passando, com tantas dificuldades, em que é tão difícil gerar emprego, especialmente aqui, em Roraima, para o povo roraimense, para o trabalhador, fico surpreso e chocado com uma posição como essa. Nós queremos ver a bancada federal toda unida em torno dessa proposta, que está sendo capitaneada pelo Senador Romero Jucá, o qual marcou uma reunião com a Presidente Dilma e o Presidente da Guiana para que eles possam chegar a um acordo em relação à construção dessa estrada e de outros investimentos com o país vizinho, e aí vêm os setores do nosso Estado refletir contra isso. Então, quero saudar seu pronunciamento e dizer que nós precisamos sim de uma mudança nessa fórmula de cálculo de repasse de FPM, e a Comissão, da qual eu e Vossa Excelência fazemos parte, é muito importante para esse contexto. Boa Vista vem passando por um momento extremamente crítico com a perda de arrecadação, é um momento muito delicado para o município, mas a situação do Estado é um pouco mais tranquila. Se verificarmos, nos últimos três anos a arrecadação estadual cresceu, e cresceu bem, o Governo tem cada vez mais dinheiro em caixa para fazer aquilo que precisa ser feito, mas o Município não, vem passando por imensas dificuldades. Então, parabéns pela sua preocupação e conte comigo para debater esses assuntos importantes, porque é a partir disso que a gente consegue fazer as ações necessárias para melhorar a vida da população. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Deputado Joaquim, estava aqui ouvindo seu pronunciamento e quero dizer que essa é uma situação que nos preocupa. Roraima está cada dia

mais vulnerável. O Governo Federal resolve baixar o IPI da Linha Branca e isso atinge diretamente Roraima em virtude de sermos um Estado que depende 80% do repasse do Governo Federal, então, qualquer medida que faz o Estado abrir mão de receita, repercute diretamente aqui no Estado. Agora, Deputado Joaquim, nós precisamos nos libertar, de uma vez por todas, dessa dependência do Governo Federal. O Governo do Estado não apresentou nenhuma proposta concreta durante a apresentação de sua mensagem governamental para este ano, desconheço um projeto a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento de Roraima. Vejo aqui o Deputado Paulo César Quartiero dizendo que o governo faz um discurso aqui, defendendo o desenvolvimento do Estado, e lá fora, para o RIO +20, defendendo o desmatamento zero para a região Amazônica. Qual o discurso realmente do Governo? Qual o projeto do Governo para Roraima? Nós defendemos a PEC da Senadora Ângela, e acho que Vossa Excelência também concorda, onde poderemos usar até 50% das nossas áreas que estão fora das reservas indígenas e das demarcações. Então, essa seria a proposta que o Governador de Roraima deveria abraçar e defender, deixar claro para os Governadores da região norte esse posicionamento. Mas, percebo que o projeto do Governo é outro, e isso me preocupa. Vamos fazer uma matemática bem simples. No nosso Estado, hoje, temos aproximadamente 500 mil pessoas, 100 mil famílias, uma média de cinco pessoas por família. Dessas 100 mil famílias, 40 mil são beneficiadas pelo Vale-Solidário ou pelo Crédito Social, outras 30 mil são servidoras do Estado, do Município ou da União, se não forem mais. Já estamos chegando a 80 mil famílias vivendo e dependendo diretamente dos cofres públicos. O que temos hoje para desenvolver nosso Estado? A Agricultura Familiar. Vimos, recentemente, o Projeto do Deputado Brito sendo vetado nesta Casa, após ter sua aprovação no Plenário por unanimidade, o qual visava simplesmente regionalizar a merenda escolar. Quantos empregos iríamos gerar, comprando a merenda aqui? Quantas pessoas ou famílias da agricultura familiar iríamos beneficiar? Percebemos, hoje, que não temos como instalar indústria no nosso Estado. Está aí a Venezuela com menores condições de produzir, a Guiana recebendo exportações de todo mundo, a Zona Franca aqui, e mesmo assim não temos condições de implantar, mesmo a longo prazo, uma indústria competitiva no nosso Estado. Então, o caminho que temos de imediato é a agricultura familiar. Estão sendo entregues títulos definitivos e estão distribuindo terras, mas, o que percebemos quando andamos nas vicinais? É que está lá o lote, com um barraquinho de madeira, uma placa com o nome do sítio e naquele sítio nada é produzido. Quando o Vice-Governador assumiu a Secretaria de Agricultura, recebeu o mesmo orçamento do ano passado, não vi nenhuma abertura suplementar de recursos para desenvolver um grande projeto. Então, temos que assumir nossa mea culpa enquanto homem público, e criarmos um projeto de desenvolvimento para o Estado. Eu defendo a abertura da estrada através da Guiana, mas acho que o Deputado Quartiero foi infeliz quando criticou a proposta, entretanto, concordo com ele quando diz que o Governador do Estado, em suas ações, está levando Roraima para um estado de Estado subdesenvolvido, refém, e nossa maior preocupação é a redução da nossa cota do FPE. Precisamos nos libertar dessa questão. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Obrigado, Deputado Sampaio, Vossa Excelência corroborou muito e tocou em dois pontos muito importantes. O primeiro é sobre o projeto da Senadora Ângela Portela, amplamente discutido em Roraima com todos os segmentos das classes produtoras, desde o agronegócio à agricultura familiar, que buscou um projeto viável para Roraima dentro do código florestal. Estou exatamente querendo falar sobre o distanciamento do Executivo da sociedade, do seu povo, fato que está acontecendo em nível de Brasil, e que faz com que os problemas se agravem, seja na área da saúde, da educação, da geração de empregos. E Por quê O que a Presidente Dilma está fazendo? Tomando decisões pontuais. O que me assusta, Deputado Brito, e o Senhor que é empresário sabe, é que quando um representante do seu segmento, o Senador Aluizio, que é ligado ao Governador de São Paulo, vai à tribuna do Senado e critica as isenções, cujo seu Estado é um dos que será mais beneficiado, com o argumento de que mesmo com as isenções, segundo os dados econômicos do Estado dele, os problemas não se resolverão, porque a receita de ICMS tem caído por causa do investimento público. Então, o que se assiste no Brasil logo se reflete no Estado. E, estou fazendo esse alerta porque vamos ter problemas, já estamos enfrentando uma dificuldade imensa nas quinze prefeituras de Roraima. Mas vamos ter um momento bom agora com a restituição do imposto de renda, entretanto, depois teremos uma descida acentuada,

até mais ou menos o mês de agosto. E, essas isenções, estão sendo dadas agora, esse aumento de isenções vão refletir muito na economia do nosso Estado de uma forma generalizada. Só espero que Governo faça um ajuste para que nós não tenhamos dificuldades de fechar a folha de pagamento no mês de julho/agosto. Estou fazendo esse alerta hoje, porque acompanho os dados fornecidos pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Eu acompanho, diariamente, a situação econômica do nosso País e posso dizer que ela vai se agravar nos próximos quatro meses. E, é isso que faz com que o Congresso Nacional comece a resistir a alguns tipos de decisões tomadas que não trazem nenhuma solução para os problemas da população do Brasil.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência por estar sempre preocupado com nosso Estado e, sobretudo, com a administração pública Municipal não só do Município de Boa Vista, mas de todos os Municípios. O Senhor possui um vasto conhecimento, pois foi Prefeito por duas vezes e Presidente do colegiado de Prefeitos do nosso Estado. É muito preocupante essa questão da transferência de recursos para o Estado e para os Municípios. E, a título de contribuição, quero salientar para Vossa Excelência que é muito problemático debater essa questão da transferência de recursos quando falamos que, possivelmente, a folha de pagamento possa estar comprometida, quando o contribuinte tem a maior carga tributária do mundo, o que significa dizer que estamos assinando em baixo, que o problema é de gestão e não de arrecadação. Vejam bem, se temos a maior carga tributária do mundo e os recursos que chegam nas mãos do poder público não conseguem sequer, ou pelo menos estão incorrendo no risco, honrar a folha de pagamento que é constitucional, pagamento é alimentos, significa dizer que os gestores estão realmente deixando a desejar quanto à administração desses recursos. Digo a Vossa Excelência, de maneira crítica, mas uma crítica construtiva, aos Deputados e à classe política de Roraima, que não sei o que está acontecendo com a administração do Poder Executivo deste Estado. Para Vossa Excelência ter uma ideia, além de termos a maior carga tributária do mundo, o Governador do Estado encontrou uma maneira de pautar, afrontando a súmula 431, que diz que “é ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetida ao regime de pauta fiscal”, o frango, o feijão, o peixe, a carne, alimentos de primeira necessidade, o material de construção: telha, cimento, argamassa e outros, e foi para o segmento de bebidas onde pautou o whisky e as bebidas alcoólicas de um modo geral. Não vou entrar no mérito da questão, mas o feijão, o frango, o peixe, a carne são alimentos necessários, bem como o pão nosso de cada dia. Ele pautou afrontando nossa legislação tributária. Vejam só, está em 19% a alíquota de ICMS cobrada sobre o frango no nosso Estado e o máximo cobrado em todo Brasil, através de um acordo fazendário com o CONFAZ, é 12%. Não vou citar os outros produtos, porque pois é algo afrontoso à classe empresarial e, sobretudo, ao contribuinte, pois o empresário repassa os impostos e quem paga é o contribuinte. Então, se estamos em um Estado com problemas crônicos, onde as pessoas não conseguem sequer uma oportunidade de trabalho, onde incorremos no risco de não honrarmos a folha de pagamento, temos a maior carga tributária do mundo e o governo aumenta justamente os itens de primeira necessidade, temos que nos unir e tomarmos alguma atitude. Estou indo na SEFAZ para conversar com o Secretário do Estado da Fazenda, com a Secretária Adjunta para que possamos rever essas pautas, pois são contraditórias à legislação, para que possamos tomar um posicionamento em favor do povo do Estado. Olha, como disse o Deputado Soldado Sampaio, e foi muito feliz em seu pronunciamento, o desenvolvimento sustentável não se dá com desmatamento zero, se dá com a produção de maneira sustentável. E, quero aqui, parabenizar a emenda da Senadora Ângela Portela, de baixar em 50%, ao invés de 80% a exemplo dos outros Estados. Quero parabenizar Vossa Excelência por estar sempre em defesa de uma melhor distribuição de renda entre Municípios e Estado, visando que possamos administrar melhor a transferência desses recursos. Diante do exposto, nós, como parlamentares, temos que estar sempre atentos a esses exageros, para não dizer desmandos do Poder Público, seja Municipal, Estadual ou Federal. Obrigado.

O Senhor Joaquim Ruiz continua – Não podemos conceber que seja pautado o frango, por exemplo. O que ocorre se o MACRO, que é uma empresa multinacional em Manaus, faz uma promoção do preço do frango que ele vende a R\$ 1,50, e coloca na promoção por R\$ 1,00? Quando esse produto é vendido para Roraima, a alíquota sobre o frango será sobre o R\$ 1,50, e não sobre o R\$ 1,00 da promoção. Quando você pautar o feijão, e há uma promoção num grande atacadista

em nível nacional, o ICMS vai ser cobrado pelo preço que está na pauta, e não pela promoção que está sendo feita. Quem paga a maior conta é o consumidor final. Quero dar um exemplo, revendo um pouco a história de Roraima. Quando eu era Prefeito de Iracema, o Deputado Flamarion era Governador e, em nome da Associação dos Municípios, fui falar com ele e fiz um apelo para que reduzisse a alíquota do ICMS referente à gasolina e ao diesel, porque são produtos que afetam diretamente o bolso do cidadão. Mas o setor técnico do Governador foi todo contrário, absolutamente todo, só que havia dados do descaminho de combustível que vinha da Venezuela, que já existia naquela época e do quanto isso poderia ser reduzido, o que provava ao Governador que se ele tomasse essa decisão nós evitaríamos também o contrabando de Manaus, da nota calçada, bem como o contrabando da Venezuela, porque como nossa alíquota era maior que a do Amazonas, eles calçavam nota para cá e colocavam lá, e quem perdia era o Estado de Roraima. O Deputado Flamarion tomou a decisão e disse que iria pagar para ver. Dois meses depois eu fui perguntar a ele se iria rever aquela decisão, e ele disse não. O ICMS subiu 32% referentes ao combustível, a redução do contrabando não houve, mas no calçamento de nota de Manaus para cá se invertem as coisas, e o Governo do Amazonas veio para cima do nosso Governador, mas não vinha quando eles estavam tirando o nosso Tributo. Essa é uma prova de quando você pega produtos que são diretos, beneficiando os consumidores, melhora a sua receita.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Joaquim, regimentalmente eu não poderia mais apartear-lo, mas entendo que nesse momento o debate é mais importante que o regimento. O Deputado Brito está saindo do Plenário e acho que ele não deveria ir sozinho a SEFAZ. Também acho que seria essencial que o Secretário viesse a esta Casa para que seja esclarecido perante todos nós determinada questão, até porque, existe uma situação, para a qual eu já chamei a atenção aqui, mas, até agora, nada foi feito. Desde o advento da área de livre comércio, aqui no Município de Boa Vista especialmente, o Governo não vem fazendo os ajustes normativos necessários para que o empresário roraimense não seja prejudicado pelo advento da ALC. Isso é uma coisa que o Governo sabe que vem acontecendo, mas não tem tido agilidade suficiente para resolver esse problema. O que eu estou querendo dizer com isso? É que essa questão já é muito visível entre os produtores de arroz que já estão penalizados com a tomada de suas terras. Hoje, estão perdendo em competitividade, em vendas dentro do nosso Estado, porque o arroz que chega de fora vem com o ICMS mais barato do que o produzido aqui. Afinal de contas, o arroz que vem de fora entra aqui com o benefício do ICMS que a ALC proporciona aos empresários de Boa Vista, mas quem produz aqui não tem. Então, hoje, os produtores de arroz aqui, pagam 17% de ICMS, mas quem comprou arroz de fora está pagando 4%. É 13% de diferença no imposto. E isso acontece também com a carne, o couro, a madeira e em todos os outros seguimentos de produção de Roraima. Hoje, o empresário roraimense perde a condição de competir com empresários que vêm de fora. Eu já falei sobre isso antes e nada foi feito. Esse é o momento de passarmos por uma reformulação tributária no Estado.

Em relação ao exemplo que Vossa Excelência deu de uma experiência bem sucedida no Governo do Deputado Flamarion, temos o Senador Cássio Cunha Lima, eleito Senador depois de ser Governador, e que fez um governo de transformação na Paraíba, diminuindo a carga tributária para que mais pessoas pudessem consumir. O Estado da Paraíba se desenvolveu de uma maneira fantástica. É um exemplo de uma ação tributária bem feita, e isso é o que nós precisamos aqui. Hoje, Roraima arrecada numa faixa de dois bilhões e meio por ano, destes, quinhentos milhões apenas refere-se a ICMS. Se o Governo fosse arrojado nessa política tributária, a perda seria muito pequena. Ele poderia até não ter uma compensação de arrecadação, mas, com certeza, estaria dando mais oportunidade às pessoas humildes para que consumissem mais e tivessem uma vida melhor. Então, são elas por elas, o Governo abre mão de um pouco de receita pode até ganhar, porque ninguém sabe como fica, pois o risco é muito pequeno, e a perda de arrecadação seria insignificante para um governo que tem tido aumento na sua arrecadação. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado, eu concordo plenamente com o Senhor. Vamos solicitar a convocação do Secretário para que possamos discutir política tributária no nosso Estado. Porém, Deputado Rodrigo, eu estou indo na SEFAZ porque o caso requer urgência urgentíssima, os caminhões e carretas de frango estão todas lacradas por conta da classe empresarial entender

ilegal essa tributação, porque está acima de 12%. Portanto, nós precisamos tomar providências urgentes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela-Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado, eu concordo com o seu pronunciamento de Vossa Excelência, como sempre, faz um debate equilibrado, coerente, responsável. Só acrescento que fiquei muito preocupado com o que destacou o Deputado Brito, e confesso que fiquei estarecido com o complemento do Deputado Rodrigo Jucá. Eu faço as compras lá de casa, vou ao supermercado, faço a feira, como se diz, e já observei, em determinadas ocasiões, que o arroz que vem do Rio Grande do Sul é mais barato que o nosso, mas confesso aqui, que não imaginei que havia uma diferença de 13% de alíquota só de ICMS. Isso é extremamente preocupante. Acredito que a Casa deve abraçar essa questão de imediato, porque é o feijão nosso de cada dia, e o arroz de cada dia, é o franguinho de cada dia. Então, que o Secretário Renato Maciel venha para uma reunião técnica na Comissão de Orçamento, Controle e Fiscalização para que possamos ouvi-lo e colher subsídios concretos, saber quais são os incrementos que foram feitos em termos de legislações suplementares. Mas, que isso já ocorra na próxima semana para esta Casa possa tomar um posicionamento político, independente de cor partidária, enquanto Poder, para levar uma proposta ao Governo. O exemplo que Vossa Excelência citou do meu Governo, muita gente foi contra na época, mas só de termos tentado combater o descaminho do combustível da Venezuela, já foi uma vitória, pois as pessoas estavam vulnerabilizadas, realizavam várias viagens por dia correndo risco de morte. Além disso, como bem citou Vossa Excelência, a situação se inverteu. Então, há aquela máxima dos tributaristas de que é melhor tributar pouco em cima do muito, do que o muito em cima do pouco. Com certeza, se nós reduzirmos esses 13% do valor do nosso arroz, vamos ter mais gente consumindo arroz, essa é a lei natural do mercado. Então, eu fiquei preocupado e estarecido com o posicionamento dos Deputados e espero que seja feito esse convite, através da Presidência, para que o Secretário venha a comissão dialogar sobre essa questão com os Deputados.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Obrigado, Deputado. Tenho que esclarecer para todos os Senhores que estão aqui presentes, que a receita do Governo Federal, nesse trimestre que vai encerrar agora é recorde na história do Brasil, irá ultrapassar os 80 bilhões. Aí os senhores vão me perguntar? Mas como Vossa Excelência diz que vai cair a receita dos Estados e dos Municípios, se a isenção que o Governo federal está dando é em cima dos impostos dos Estados e dos Municípios? O Governo Federal não reduziu o PIS e o CONFINS em absolutamente nada. A previsão de se arrecadar o PIS e o CONFINS ultrapassa 25 bilhões neste trimestre. O que ele fez foi a redução do IPI, que é o Imposto redistributivo entre os Estados e os municípios. Então, eu quero deixar aqui as coisas muito bem explicadas para que amanhã quando a mídia divulgar que houve uma arrecadação recorde da União, não haja dúvida. Por outro lado, tirou recursos que seriam transferidos para os Estados e Municípios afetando a economia, e quem paga a conta é o povo. Quando você reduz recursos para os Estados e para os municípios, você afeta o cidadão brasileiro que mora nos municípios.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 007/12, de Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, que “Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima, em consonância com as disposições do artigo 142, parágrafo 3º, Inciso X, e artigo 43, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, e dá outras providências. Este projeto foi objeto de Pedido de vista na Comissão de Constituição e Justiça ontem, com 48 horas para retornar à Comissão para que seja analisado. Eu queria dizer que pedi vista do processo. Estava, há pouco, reunido com os assessores da PROGE desta Casa e com os assessores do IPER para que nós pudéssemos chegar a um consenso com relação aos pareceres, tanto da Casa, quanto do Executivo. Então, estamos transferindo a Ordem do Dia para amanhã.

E peço, segundo o Regimento, que não tranquem a pauta, até porque são votações simbólicas alguns expedientes que se encontram na Mesa. Como é votação simbólica, é apenas apresentação com anuência do plenário.

Quero colocar para apreciação dos Senhores Deputados a Moção de Aplauso, felicitando o Partido Comunista do Brasil pelos seus 90 anos de existência, porque será comemorado em 20 de março de 2012, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda leitura da Moção de Aplauso.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Lida a Moção

de Aplauso.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Em discussão a Moção de Aplauso. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. Os Deputados que concordarem com a Moção permaneçam como estão. Aprovada.

Coloco para a apreciação dos Senhores Deputados a Moção de Repúdio nº 007/12, às declarações do Excelentíssimo Senhor Presidente do IPER, Rodolfo de Oliveira Braga, proferidas em Sessão Plenária no dia 20 de março do corrente, referindo-se aos profissionais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal de Roraima como “analfabetos em investimentos”, causando constrangimento e revolta em todos os profissionais que atuam nessas duas Instituições Financeiras, de autoria de vários Deputados desta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Remídio Monai, que proceda à leitura da Moção de Repúdio.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – lida a Moção Repúdio.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Em discussão.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Não sei se eu observei bem, mas que parece que o que houve na Sessão foi alusão ao nome de uma pessoa, e que o Presidente do IPER disse: essa pessoa é analfabeta em investimentos porque precisa ter o certificado de alguma coisa lá que eu também não sei o nome, e ela não têm. Então, fico preocupado sim, porque é uma Moção de Repúdio desta Casa. E, gostaria que os Senhores Deputados atentassem para essa situação.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputada Aurelina, com o devido respeito, por estar presidindo os trabalhos, Vossa Excelência pode comentar, mas não discutir. A Senhora tem que passar a presidência para outra pessoa para poder discutir a matéria, porque senão, acabará influenciando no resultado da votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, eu lembro muito bem da audiência onde convocamos o Presidente do IPER e do CEP, inclusive, foi Requerimento de nossa autoria. Se não me engano, temos as fitas gravadas, áudio, e nelas podemos ouvir claramente que o ex-Deputado Braga chamou de analfabetos os gerentes de Bancos e disse que apenas uma pessoa do Banco do Brasil, que não morava aqui e que seria de outro segmento, de instância superior, entendia de investimento, os demais eram analfabetos. Concordo que eles não tenham certificação e que apenas o Banco do Brasil e Caixa Econômica tenha uma pessoa de instância superior que não está em Roraima, e que esse sim poderia ter conhecimento sobre investimento, mas os que estão aqui só analfabetos? Eu estive conversando com o Presidente dos trabalhadores dos Bancos e ele nos procurou para dizer que estão revoltados, magoados com essa declaração do Presidente do IPER. Acho que ele foi infeliz nesse momento, pois temos aqui, pessoas capacitadas, conhecedoras, tão conhecedoras que mandaram ofício para o Governador e para o Presidente do IPER alertando o quanto era perigosa essa operação, e assinaram. Então, acho que o Presidente do IPER foi infeliz ao fazer essa declaração.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, o ex-Deputado, Presidente do IPER, Rodolfo Braga, sentado à Mesa Diretora desta Casa, afirmou que todos os gerentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil do Estado de Roraima são analfabetos, e que poderíamos ir até lá e dizer a eles. Foram essas as palavras utilizadas pelo senhor Rodolfo Braga. Gostaria que a Senhora não tentasse minimizar as palavras do Presidente do IPER, pois o que ele disse e todos nós ouvimos, e não falou só uma vez, falou por várias vezes, uma aqui, oficialmente, e outra extraoficialmente para todos os Deputados ouvirem, que os bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal eram analfabetos em investimentos, não sabiam nada e não tinham sequer o direito de opinar sobre as aplicações dos recursos dos colaboradores que se encontram sob sua gestão no IPER. Por isso foi proposta a nota de Repúdio, devido a essa declaração, porque ele é um homem público e está lá recebendo dinheiro público para respeitar as pessoas, e não para faltar com respeito como ele fez nesta Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu defino como analfabetos o analfabeto que não sabe ler e escrever, o analfabeto digital, onde eu me incluo, e o analfabeto ambiental. Para mim, um dos piores é o analfabeto ambiental. Acho que deveríamos rejeitar esse Requerimento de iniciativa do Deputado Brito, porque tenho certeza que o Presidente do IPER foi muito infeliz nas suas colocações. O que ele quis dizer é que os senhores gerentes não tinham conhecimento de como fazer aquelas aplicações financeiras, e o Presidente do IPER, conhecendo-o como conheço,

terá grandeza e humildade, se for preciso, para pedir desculpas de público. Então, não vejo porque aprovarmos essa Moção de Repúdio.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu havia dito que colocaríamos essas matérias porque seriam votações simbólicas, como esse Requerimento e o outro que convoca a Senhora Roserayna Rodrigues para prestar esclarecimentos nesta Casa, com a urgência que o caso requer, a respeito das providências tomadas no sentido de regulamentar a lei estadual nº 826. Esse Requerimento também requer discussão, até porque a regulamentação de leis é feita pela ADERR. Como são Requerimentos que requerem discussões, certamente será uma votação nominal. Mas como a pauta está trancada, vou transferir para quinta-feira esses dois Requerimentos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem. A Senhora acabou de falar que esses dois Requerimentos não estavam trancando a pauta. É de suma importância que sejam votados. Uma Moção de Repúdio, sobre uma afirmação não requer discussão, só requer coerência. A ADERR ficou responsável sim pela regulamentação do Projeto do Selo Artesanal, mas há três meses sequer se manifesta. Senhora Presidente, por favor, são dois Requerimentos de suma importância, principalmente esse da ADERR. Eu acredito que a Agência de Defesa do Executivo Estadual está extrapolando os limites, sem coerência, chegando a afrontar este Poder. Isso está indignando todos os Deputados de oposição e até alguns de situação. Pelo amor de Deus, olhem os limites.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral – Senhora Presidente, acho que o Requerimento do Deputado Brito deveria passar pela Comissão, que por sua vez deveria convocar a senhora Roserayna para que venha prestar esclarecimentos na Comissão e, depois, convocá-la para vir ao Plenário desta Casa.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhora Presidente, regimentalmente a pauta está trancada para Projetos de Leis, Propostas de Emenda à Constituição, mas para Moção, convites, não está, além do mais, a votação simbólica não significa que todos vão votar favorável. Se Vossa Excelência disser que todos que forem favoráveis permaneçam como estão, quem for contra se levanta ou permanece sentado, e a chamada nominal não significa que está descumprindo o Regimento Interno. Com relação à Moção de Repúdio, quero fazer um apelo a Vossa Excelência e aos Deputados desta Casa, pois, se porventura, essa Moção não for aprovada, façamos pelo menos um desagravo público aos servidores da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que são concursados, há anos demonstram competência e preparo, se assim não fossem, não exerceriam cargos importantes em instituições de respeito nesse país.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para assumir os trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Com a palavra a Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado Brito, o limite da coerência do Deputado é o conhecimento e a competência. Primeiro, o conhecimento do Regimento Interno, dos tramites das matérias, porque, pelo menos eu, não vim, aqui, para fazer plateias, vim para cumprir o papel que me foi dado pelo povo. E, o Senhor disse: “estamos indignados”. Eu não sei se o que indigna os senhores, é caminhar pelo caminho da verdade e do direito. A mim, não indigna. Deputado, falei ontem que iria colocar em votação, mas a orientação da Secretaria Legislativa era de que a pauta estava trancada. Eu abri uma exceção para termos votação simbólica porque o regimento diz que quando não há discussão da matéria, podemos fazer votação simbólica, quando há uma discussão ampla, temos que fazer uma discussão nominal e, no meu entendimento, não poderia, mas como é solicitação, nós vamos colocar os dois requerimentos. Solicito à Secretaria Legislativa votação nominal, por solicitação, inclusive, do Deputado Mecias. Vou colocar para apreciação do plenário a solicitação de votação nominal dos dois requerimentos que se encontram nesta Casa. Solicito a abertura do painel para votação da Moção de Repúdio ao Senhor Rodolfo de Oliveira Braga. Votando sim estarão aprovando a Moção de Repúdio, e votando não, estarão rejeitando-a. Solicito que seja feita a chamada nominal para registro em folha.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Procedo a chamada.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Aprovado a Moção de Repúdio, assinados pela maioria dos Senhores Deputados, por 12 votos favoráveis e 02 votos.

Estão ausentes em plenário os Senhores Deputados Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria e Damosiel.

Requerimento nº 07/12, assinado por 09 Deputados, solicitando a convocação da Senhora Roserayna Rodrigues para vir a esta Casa prestar esclarecimentos a respeito das providências tomadas no sentido de regulamentar a Lei Estadual nº 826/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (Merídio Monai) – Lido o Requerimento.

Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhoras e Senhores Deputados, esse Requerimento se deu por conta de um Projeto de Lei aprovado por esta Casa, por unanimidade, e sancionado pelo Governador do Estado, estabelecendo que o selo seja artesanal para os produtores, ou seja, para os pequenos produtores de leite e derivados, de pescados e derivados, derivados de carnes, compotas de frutas, e derivados da abelha que hoje estão produzindo e são proibidos, pela vigilância sanitária, de comercializarem seus produtos nas feiras livres e no comércio local. O projeto do selo artesanal os autoriza a produzirem e comercializarem, mas precisa ser regulamentado pela ADERR. Eu entrei em contato, após aprovado o projeto, com a Presidente da ADERR, em novembro do ano passado, que se comprometeu que, com maior agilidade possível, iria regulamentá-lo, e parabenizou esta Casa pelo excelente projeto. Ela pediu um prazo até fevereiro porque em dezembro seriam as férias, e me precisou até o dia 13. Lá já está toda a minuta de regulamentação pronta. Mas se passou fevereiro, março e, sob os holofotes da imprensa, o pequeno produtor está sendo marginalizado, o leite é derramado na lixeira pública como se fosse droga, o pequeno produtor está sendo penalizado e acima de tudo estigmatizado como um meliante. Quero dizer ao líder da situação que a convocação da Doutora Roserayna é para que simplesmente possamos fazer esse procedimento. Não queremos que seja no plenário, mas na comissão de agricultura, e que ela se comprometa, defina um prazo para regulamentar, porque quem não pode esperar é o pequeno produtor. Enquanto os funcionários públicos da ADERR e de outras instituições estão recebendo seus gordos salários, o pequeno produtor está impossibilitado de comercializar seus produtos e seus filhos estão passando fome por inércia da Agência de Defesa Animal.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Ontem, fizemos uma reunião no plenarinho e estabelecemos até o fortalecimento das Comissões. Tenho visto aqui, vários requerimentos convocando os senhores secretários. Em nenhum deles eu me posicionei contra, muito pelo contrário sempre votei favorável. Agora, nesta lista, há uns 5, 6 Secretários que foram chamados, mas nunca compareceram. Por que não convocar a Presidente da ADERR para que venha na Comissão de Agricultura, para que possamos dar agilidade? Nós temos a convocação do Renato, vamos convocá-lo na comissão de finanças, quem quiser participar pode participar. Já que não querem fazer palanque, como dizem, não há necessidade de convocarmos aqui, no plenário, convoquem na comissão.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu também concordo que a Doutora Roserayna venha na Comissão de Agricultura para colocar em prática o que está em atraso ou em pendência na Secretaria, segundo as palavras do nosso líder da oposição, pois ela se comprometeu que até o dia 13 de fevereiro regulamentaria a lei. Eu gostaria que a Senhora transferisse essa convocação para a Comissão de Agricultura.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Senhores Deputados. Quem regula isso é a PROGE, senhora Presidente? O que me preocupa é que o Parlamento faz uma lei, discute, a qual foi elaborada pelos Deputados Brito e Naldo que desde a legislatura passada vêm levantando a questão, aprova o governo sanciona e publica a lei, e ela não pode ser cumprida? O Executivo concorda, publica, a sociedade conhece como lei e o próprio Executivo se recusa a regulamentar. Enquanto isso o pequeno produtor está reclamando. Então, se não a ADERR que regula, que seja a PROGE, pois essa lei existe, é de conhecimento público. Nós queremos fazer valer a lei, cobrar sua eficácia. Se a Presidente da ADERR resolver as coisas, ela não precisa vir aqui. O que não pode continuar acontecendo é ficar nesse empurra, empurra e não resolverem nada.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Eu gostaria de fazer uma correção em relação ao que disse o líder do governo, pois o mérito da convocação é do Deputado Rodrigo Jucá. Eu endossei para que o Secretário da Fazenda venha na CCJ, mas quem abordou o tema e o colocou com muita propriedade foi o Deputado Rodrigo.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhora Presidente, precisamos verificar algumas convocações que existem, que foram já aprovadas, para que possamos chamar essas pessoas antes de

convocarmos mais alguém. A Secretária de Educação já esteve na Comissão de Educação, entretanto, ela gostaria de fazer uma exposição do trabalho que vem desenvolvendo na secretaria, e eu acho importantíssima a sua vinda. Há muitos outros Deputados que também estão fazendo um excelente trabalho e que poderiam fazer uma exposição. Por que não consultar a Doutora Roserayna se ela não tem interesse em fazer uma exposição dos seus trabalhos?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu apoio o que foi dito pelos Deputados Célio e Joaquim, para transformarmos a nossa Sessão em Comissão, pois isso se torna viável para que um assunto seja melhor esmiuçado na comissão pertinente. Não tenho segurança para dizer em quais casos a participação dos convidados não acontece. Muitas vezes o secretário não vem porque a Assembleia não marca, o porque isso requer um rito. No caso da senhora Roserayna, por que não prestar esclarecimentos na Comissão? Eu queria saber qual é o prazo de regulamentação, porque, infelizmente, na nossa lei, não explica que deva ser regulamentada. Talvez a Doutora Roserayna nem saiba que ela tem que ser regulamentada, ou o próprio Executivo, pois em nenhum momento diz que tem que ser.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Eu acredito que a Senhora não está dando a devida atenção quando esse Deputado vos fala. Eu procurei a senhora Roserayna quando da problemática da instrução para regulamentação dessa lei, e ela me falou: “Deputado Brito, eu garanto para Vossa Excelência que dia 13 de fevereiro esta lei esta regulamentada”. Procurei-a novamente, e ela me pediu mil desculpas, disse que realmente não conseguiu reunir toda a equipe técnica e que alguns produtores não repassaram qual a quantidade de leite para que fossem considerados pequeno produtor. A Doutora Roserayna é sábia, converso com ela quase toda semana, sei que a minuta dessa regulamentação está pronta na mesa dela.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – O artigo 4º da lei diz o seguinte: “para obtenção do selo artesanal de qualidade, o estabelecimento processador deverá se registrar no serviço de inspeção oficial competente, no qual regulamentará, via decreto, a legislação pertinente a produção artesanal do Estado, ou seja, os limites de produção, modelo, selo, documentos”. Talvez o que esteja acontecendo é que o processador onde se registra, o qual regulamentará na ADERR, não tem competência para regulamentar uma lei estadual, mas o Executivo sim.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Eu não sei porque tanta celeuma em torno da convocação da Doutora Roserayna. Ela é uma pessoa de extrema competência, habilidosa, coerente, correta, eu tenho certeza que ela virá aqui, sem nenhum constrangimento, fará uma excelente explanação e explicará que o que falta regulamentar na lei não é competência dela, e sim do Governador do Estado. Além do mais, ela faz um excelente trabalho, quando não faz, é porque o Governador não deixa, como aconteceu no caso da corrida dos cavalos no Jockey Clube, onde a ADERR estava exigindo a documentação legal dos animais, e o Governador chegou, liberou e mandou todo mundo fazer do jeito que estava. Portanto, a Presidente da ADERR tenta fazer sempre o melhor pelo nosso Estado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu vou colocar em votação e quero dizer que ela vai entrar na fila dos Secretários que estão aguardando para prestarem esclarecimentos. Nós vamos ter que adequar no calendário da Assembleia, horários pertinentes para que ela venha. Eu só quis dizer que talvez fosse mais ágil prestar esclarecimentos na Comissão, mas tenho certeza que a senhora Roserayna vai entrar nessa lista e aguardar a boa vontade de disponibilidade dos Deputados da Casa.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu estou preocupado com Vossa Excelência conduzindo a Mesa dos Trabalhos. Em certos momentos eu me confundo se a Senhora é Presidente ou é líder do Governo. A Senhora coloca para discutir, se posiciona, defende. Eu acho que deva colocar em votação, se a oposição não tem os votos suficientes, nós já estamos acostumados a perder e a ganhar nesta Casa. Então, vamos colocar em votação essa matéria. A situação é preocupante, Deputada Aurilena. Nós temos um salário de 20 mil enquanto Deputado, não estamos passando fome. Agora, o pequeno produtor está precisando da regulamentação para vender seu queijo, seu leite. Esse tem necessidade. E, vejo a Senhora tentando colocar isso numa fila que talvez Deus seja caridoso e consiga lhe convencer a trazer essa Senhora aqui no final de 2012. Quando falamos em desenvolvimento para o Estado percebemos a má vontade do governo, a falta de compromisso. Agora há pouco, Vossa Excelência estava falando: ontem, rejeitamos um veto do projeto do Deputado Brito que

tinha tudo a ver com o desenvolvimento do nosso Estado, com a geração de renda. Hoje, aprovamos, nesta Casa, um projeto que vai gerar renda. Coloque em votação, eu já oriento os nossos Deputados de oposição a votarem pela convocação da Secretária.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em votação o Requerimento que convoca a Senhora Roserayna Rodrigues para prestar esclarecimentos nesta Casa de Leis com a urgência que o caso requer. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a chamada para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Procedida à chamada.

A Senhora Deputada Ângela Portella pede Justificativa de Voto – Peço que o Deputado Gabriel, Presidente da Comissão de Agricultura, faça a convocação. Nós estaremos dando oportunidade na Comissão.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Justificativa de Voto – Sou contra e solicito ao Presidente da Comissão de Agricultura que faça a convocação na Comissão.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede Justificativa de Voto – Voto sim. Eu já havia solicitado a Presidente que transferisse essa convocação para a Comissão de Agricultura.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu não estou entendendo seu voto. O Senhor esta votando sim pelo plenário ou pela comissão?

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede Justificativa de Voto – Pela Comissão de Agricultura.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – o Requerimento é para o plenário e não para a Comissão. É sim ou não, ou vem para o plenário ou não vem.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede Questão de Ordem – Eu havia solicitado a Senhora que mudasse esse Requerimento para a Comissão de Agricultura, por isso, estou votando sim para a Comissão.

O Senhor Deputado Jean Frank pede Justificativa de Voto – Também concordo com o Deputado Célio que ela seja primeiro ouvida na Comissão, até porque a comissão tem dois membros de oposição. O meu voto é não.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral pede Justificativa de Voto – Voto não. As comissões têm o devido direito de chamar a senhora Roserayna aqui. E, como o Presidente da Comissão votou não, eu também voto não.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Justificativa de Voto – Eu vou votar não, mas quero fazer um alerta. Independente do resultado dessa votação, que a Comissão de Agricultura faça também o seu convite, porque como o assunto é urgente, se ela ficar na agenda para vir ao plenário, nós não vamos ouvi-la tão cedo, pode até ser que o requerimento seja aprovado, mas que seja feito também um convite pela Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por aprovado o Requerimento nº 07/12, com 09 votos favoráveis e 07 contras.

O Requerimento assinado pelos Deputados requer a transformação da Sessão Plenária do dia 03 de abril do corrente, às 10 horas, em Comissão Geral, momento em que esta Casa receberá, em Audiência Pública, o Fórum Estadual em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, com a Ação Nacional “criança não é de rua nas capitais”, para debater a situação de moradia na rua das crianças e adolescentes em nosso Estado e divulgar as propostas apontadas no Primeiro Seminário Nacional.

A Votação será simbólica. Os Senhores Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

O Senhor Deputado Flamarion Portella pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Solicito ao Deputado Gabriel, como Presidente da Comissão de Agricultura, convidar a Doutora Roserayna.

Presidente Aurelina, eu queria que os Deputados atinasse para o que vou falar. Eu vi, em discussão aqui, alguém dizer: não, porque fulano não é da oposição, preside a Comissão, porque a comissão tem dois membros. Não é isso, nós não estamos querendo enveredar por esse caminho de que é questão de Estado. Se eu não sou produtor, o Deputado Brito não é, o Deputado Sampaio não é, o Deputado Diego também não, e se a maioria da oposição não é do ramo, então, não tem a bandeira da oposição ou da situação, tem a bandeira do Estado. Por favor, Deputada Aurelina, estou reclamando para Vossa Excelência, porque o Requerimento é encabeçado por um Deputado da oposição. A lei é impessoal, não é minha e nem de Vossa Excelência, é do Estado, da sociedade roraimense. Por favor, vamos representar o Estado. Deixo

esse alerta para que as coisas fiquem esclarecidas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, faço um apelo, ao Deputado, Presidente da Comissão de Agricultura, para que faça o convite, porque senão perderemos a eficácia do que aprovamos aqui, pois o Governo do Estado já sancionou a lei. O problema não é só no caso dos produtores dos derivados do leite, a Senhora que é da área da agricultura, não é do agronegócio sabe disso, pois é defensora intransigente da agricultura familiar. Eu conheço a sua história e a situação dos pequenos agricultores, que estão tendo problemas com a banana. O Governador sancionou a lei porque sabia da urgência, e nós aprovamos por unanimidade. Por isso, apelo para que o Presidente da Comissão de Agricultura faça a convocação da Presidente da ADERR na Comissão, para encontrarmos uma solução.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputada, Vossa Excelência às vezes chega a ser incoerente. A Senhora abriu questão de Ordem para os deputados Flamarion e Joaquim, porque não para mim. Sei que isso não faz muita diferença, mas acho que deveria ter critério de igualdade para todos.

Na realidade, o Deputado Flamarion fez essa colocação da impessoalidade, mas a questão não teve nada a ver com isso. O meu posicionamento no encaminhamento de votação foi impessoal. Quando solicitei que fosse encaminhada à Comissão de Agricultura, porque vocês mesmo estão pedindo, eu tive coerência, porque quando da convocação do Presidente do IPER, votei favorável. A posição que tive aqui, foi de praticidade, para fortalecer a Assembleia.

Senhora Presidente, nós temos uma audiência pública aprovada em Plenário para discutirmos o “Luz Para Todos” no nosso Estado, pois são 64 milhões de pessoas, 9 mil famílias beneficiadas, mas até dezembro do ano passado apenas 3 mil e 500 famílias foram beneficiadas. É hora de chamarmos a CER e o representante das Minas e Energias para saber o que está acontecendo nesse programa, pois nossos agricultores estão precisando dessa energia para se estabilizarem no interior e produzirem renda para o nosso Estado.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Senhora Presidente, demais Deputados, com relação à convocação da Secretária da Agência de Defesa Animal e Vegetal, Doutora Roserayna, quero dizer, inclusive, que a Comissão de Agricultura vai fazer uma visita a ADERR e vai convidá-la para terça-feira, se houver possibilidade, estar aqui. Todos estarão convidados se ela tiver disponibilidade nesse dia. Também na terça-feira, teremos uma Audiência Pública com o movimento nacional, “Criança Não é de Rua”. E, quero convocar os Deputados a participarem, a se envolverem, porque dessas ações depende o futuro do Brasil. Obrigada. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Primeiramente, quero lembrar aos colegas da Comissão de Saúde que amanhã, às 11:30h, no Plenarinho, teremos uma audiência com os Agentes de Saúde e os Agentes de Endemia do Estado, sobre um Projeto de lei que está aqui para ser votado. Segundo, comunicar que eu tenho a honra e o orgulho de participar da Comissão Nacional do Pacto Federativo junto com Vossa Excelência. Terceiro, ressalta que Vossa Excelência tem participado de nossos debates, mesmo não sendo membro da Comissão de Saúde e Educação. Nós ouvimos o SINTER aqui, em um debate que, praticamente, durou o dia todo, Presidente, onde foi discutido o problema do retroativo em relação à progressão. Este ano falta apenas uma parcela para zerar a progressão e o Governo vai entrar agora na horizontal, pois a vertical foi toda paga. Essa é mais longa porque é mais trabalhosa, mas foi um compromisso, um pacto acertado entre o Governo do Estado, a Comissão de Educação, a Assembleia Legislativa e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Outra coisa que estão colocando aqui, que o deputado Sampaio abordou é o problema do salário. Corrigir o salário mínimo, requer um trabalho com todos os outros segmentos do Estado, a área da saúde, da infraestrutura. Mas para isso, é preciso mexermos no Plano de Cargos e Salários. Eu não sou contra que façam essa correção, mas ficou acertado também com uma das pessoas que iam propor ao Governo do Estado, a própria Secretária de Educação, que fizesse compartilhado, que começasse por uma Secretaria forte como a Educação, depois com a Secretaria de Saúde. A respeito dessa nota, devo esclarecer, Presidente, que a nossa Casa, através da Comissão, nunca se absteve de nenhum convite feito pelo sindicato. As portas sempre estiveram abertas. Convidamos a nossa Secretária, o Secretário de Planejamento, eles participaram ativamente, abriram o orçamento para todos os interessados, fizemos

o Seminário de Saúde para o pessoal da área da saúde. Portanto, o que me surpreende quando o Deputado Brito cobra uma posição da Comissão, é que eu não posso entrar em uma área se não me informaram, não me avisaram. Eu falo isso como Presidente, como Comissão. Então, aguardo qualquer posição do SINTER, eu me comprometo que hoje vou falar com a Secretária de Educação, para saber sobre essa problemática, para que possamos informar aqui no Plenário. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero convidar o Deputado Gabriel e o Deputado Remídio para, logo em seguida, fazermos uma reunião sobre Aviação, Transporte e Obras. E dizer, Deputado Célio, que Vossa Excelência é um gentleman, pois nunca tivemos um conflito, e que mais que meu amigo, o senhor é meu irmão. Ajo de forma impessoal, eu não focalizei ninguém, o meu intuito é que possamos nos unir quando há uma questão de Estado. O Estado, não tem cor partidária.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputados, estou preocupado com o pronunciamento do Deputado Joaquim no que tange a fiscalização dos órgãos ambientais que andam multando pessoas e órgãos por questões de dez anos atrás. Talvez, os técnicos que vão multar tenham que ter mais sensibilidade, porque, de repente, podem até prejudicar um cidadão, um órgão público que não tenha a determinada culpa. Acho que deveria haver uma conversa entre o Governo do Estado e os técnicos da FEMACT, para que eles não saiam aplicando multas em qualquer pessoa, porque amanhã a vítima pode ser eu, a Senhora ou qualquer outra pessoa. Obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se o Deputado Joaquim Ruiz estiver aqui, para ouvir, permita-me fazer uma ressalva. Hoje, o Estado de Roraima tem apenas sete por cento de suas terras apropriadas para a produção. Eu fiz um juramento, mas não sei como vou cumprir. Quando se fala em desmatamento zero em Roraima, ficamos extremamente preocupados. Nós temos uma cidade grande, a nossa capital, que não tem geração de renda, de emprego, não tem empresa fortalecida, não tem um comércio forte e nós temos muitos pais de família, Deputado Célio, que dependem de brocar, derrubar, plantar e colher para poderem dar o sustento aos seus filhos. Contudo, às vezes, eu vejo discutirem Desmatamento Zero com pessoas leigas, sem conhecimento, sem compromisso com o Estado de Roraima. E, nós que há anos estamos aqui mostrando o pouco conhecimento que temos, nem sequer somos comunicados. É um absurdo o que estão fazendo com a expansão da área de Maracá, principalmente com a Área de FLONA das terras mais produtivas, que estão completamente comprometidas com reserva florestal e atendem outros interesses que são alheios a essas reservas. Veja bem, hoje, no Estado de Roraima, somos obrigados a pagar para o Governo Federal 80% da nossa propriedade. São coisas absurdas que estamos vivenciando e não podemos ficar calados. Então, quero cumprimentar Vossa Excelência pela sua preocupação. Este Poder Legislativo, há tempos atrás, era muito mais ativo, Presidente, ele tomava muito mais providências, em relação aos interesses do nosso Estado. Eu estou vendo o Poder Legislativo parado, paralisado, e não sei o porquê. Para finalizar, quero lembrar sobre o Projeto de Lei que amanhã estará sendo discutido, pois não vou estar presente, com relação ao plano de cargos e salários dos agentes de endemias. Com todo o respeito que tenho pela nossa Assessoria Jurídica, tive a honra de ser o relator desse Projeto de lei de iniciativa do Deputado Rodrigo, entretanto, a nossa Consultoria Jurídica optou pela ilegalidade e inconstitucionalidade e, com isso, mudamos os artigos para deixá-los constitucionais, deixando a cargo do Poder Executivo. Logo, peço que seja feita essa observação aqui, amanhã. Muito obrigado, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Quero solicitar, novamente, à Superintendência Legislativa o levantamento de todos os Requerimentos aprovados nesta Casa para estabelecermos um calendário de cumprimento dos requerimentos aprovados. E, dizer aos meus colegas que falaram de desmatamento zero, que eu também tomei conhecimento sobre essas multas hoje. Sabemos que precisamos fazer cumprir a nossa Lei Roraima Sustentável que não está sendo cumprido, que os nossos produtores também precisam ficar atentos a isso e, queria que fosse aberta a discussão aqui, Deputado Célio. Não sabia da reunião da Ilha de Maracá, mas precisamos ter conhecimento do que será abordado lá, para discutirmos aqui. Deputado Flamarion, valeu a pena a Sessão de hoje pelo o que o Senhor disse aqui. Nós temos a obrigação de defender o Estado, de levar a nossa Assembleia a ser Estado. E, eu quero dizer ao Deputado Sampaio que não sou líder do Governo e nem pretendo, sou Vice-Presidente desta Casa e, regimentalmente, eu tenho compromisso.

Não tenho problema nenhum com bandeira de oposição e situação, defendo o que eu acho coerente, de acordo com os meus conhecimentos. Em nenhum momento aqui, eu defendi o Governo, mas se tiver que defender, eu defendo, não tem problema. Eu tenho coerência suficiente para dizer que estamos querendo evitar que mais de vinte requerimentos, aprovados nesta Casa, para transformarmos as sessões em Comissão Geral, não fossem atendidos. Não sei porque sempre fazem referência a minha pessoa no que tange a defesa do Governo. Quando houver necessidade, defenderei, se não houve, não.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão,

convidando os Senhores Deputados para a próxima Sessão, dia 29, à hora regimental.

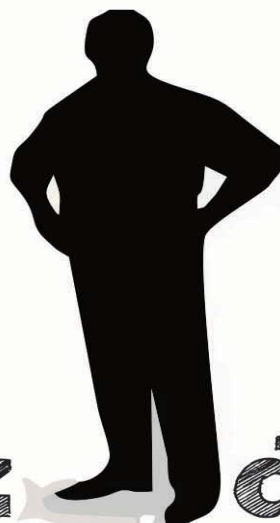
Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 29/03/12



PROCON

ASSEMBLEIA



**A Voz do
Consumidor**

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone:(95) 4009-5614